

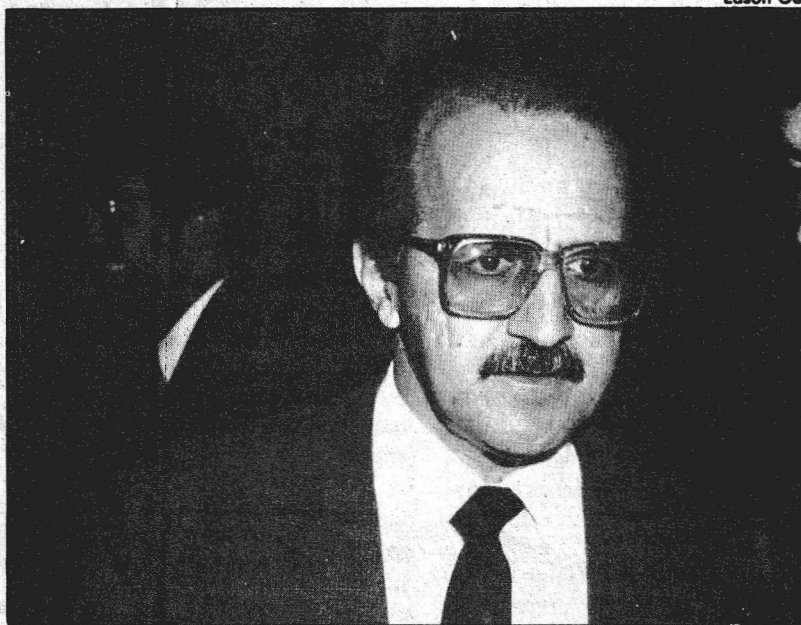
Governo quer usar crédito do BB e BNDES para enfrentar recessão

Edson Gêo

A venda de alimentos a preços mais baratos para a população de baixa renda e a utilização de recursos do orçamento e das linhas de crédito do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Nordeste (BNB) para o financiamento prioritário de projetos de geração de novos empregos são os pontos básicos do programa de combate à recessão que o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, anunciará hoje. O programa foi montado a partir da constatação de que o prolongamento da recessão nos últimos três anos provocou uma queda de 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) e uma redução de 9% no PIB per capita.

Estas medidas serão executadas a partir de janeiro e possibilitarão, na opinião de fontes do governo, a reversão dos bolsões de pobreza concentrados nas periferias das cidades. A equipe econômica analisou, ainda, a possibilidade de adotar as "bolsas de salários", previstas na legislação trabalhista para casos de calamidade pública. Este tipo de medida consiste no pagamento de um salário mínimo inferior e na dispensa dos encargos sociais das empresas. "Mas trata-se de uma opção para a eventualidade de um nova seca no Nordeste. Caso contrário, viabilizaria apenas uma fuga ao cumprimento da legislação trabalhista", pondera um importante assessor.

O redirecionamento do crédito do BB, BNDES e BNB foi proposto pelos próprios dirigentes das instituições e acatada pelo presidente Itamar Franco. Estas instituições oficiais garantirão às pequenas e médias empresas acesso a crédito para financiar os projetos de criação de novos empregos. Os cerca de US\$ 60 bilhões de recursos do orçamento destinados à área social



Programa de Haddad prevê alimentos baratos e novos empregos

também atenderão à mesma preocupação de aumentar o nível de emprego no País. O ministro Paulo Haddad definiu com seus colegas de ministério a realocação dos recursos para atender à prioridade do presidente Itamar Franco. Esta alternativa, no entanto, só será implementada depois da aprovação do orçamento pelo Congresso.

A execução destes projetos poderá ser financiada, ainda, com recursos externos. O ministro Haddad pretende rever a carteira de projetos do Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para permitir uma utilização racional dos recursos nas ações do governo de combate à pobreza. É considerada, também, a possibilidade de as instituições oficiais de crédito recorrerem à captação direta de recursos no mercado financeiro internacional, desde que isso não caracterize dívidas de curto prazo. O exemplo recente do Banco do Brasil, que captou US\$

400 milhões, foi aprovado porque beneficiou exatamente o segmento de pequenas e médias empresas, segundo um assessor.

A equipe econômica prevê uma aceleração dos índices de inflação em janeiro, mas aposta que, a partir de fevereiro, a inflação cairá gradualmente até atingir o patamar entre 12 e 13% ao final de dezembro de 1993.

O programa de curto prazo traça apenas as linhas de ação do governo, que pretende avançar ainda nas reformas estruturais. Neste tópico se inclui a renegociação das dívidas do setor público (estatais, estados e municípios e a União) superiores a US\$ 146 bilhões ao final do ano passado, além do equacionamento da dívida mobiliária, que ultrapassou, em outubro, US\$ 100 bilhões. A proposta é fazer um acerto de contas no próprio setor público e negociar com o mercado financeiro o alongamento dos prazos de vencimento da dívida mobiliária.